



**Ministério Público do Estado de Mato Grosso**  
**Procuradoria Geral de Justiça**  
**Colégio de Procuradores de Justiça**

**RESOLUÇÃO Nº 73/2012-CPJ**

**Altera a redação dos arts. 3º, 4º e 5º da Resolução nº 32/2008-CPJ.**

**O COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 18, XI, da Lei Complementar nº 416/2010,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** – Incluir o parágrafo 1º, ao art. 3º, da Resolução nº 32/2008-CPJ, com a seguinte redação:

§ 1º – Na impossibilidade do Procurador de Justiça participar da sessão do Tribunal de Justiça, deverá, pessoalmente, comunicar em tempo hábil o substituto automático ou outro Procurador de Justiça para substituí-lo.

**Art. 2º** – O atual parágrafo único do art. 3º da Resolução nº 32/2008-CPJ, passará a ser o § 2º, com a seguinte redação:

§ 2º – O Procurador de Justiça Criminal autor do parecer escrito tomará ciência do respectivo acórdão. Estando em férias ou de licença, o processo será distribuído a um dos Procuradores de Justiça Criminal. Tendo havido retificação de parecer, por pronunciamento oral, a assessoria fica responsável em encaminhar, imediatamente, os autos ao Procurador de Justiça autor do parecer oral para ciência. Estando ambos em férias ou de licença, o processo será distribuído a um dos Procuradores de Justiça Criminal que atuam na mesma Câmara.

**Art. 3º** – O § 3º do art. 4º da Resolução nº 32/2008-CPJ, passa a ter a seguinte redação:

§ 3º - O Procurador de Justiça Cível autor do parecer escrito tomará ciência do respectivo acórdão. Estando em férias ou de



**Ministério Público do Estado de Mato Grosso**  
**Procuradoria Geral de Justiça**  
**Colégio de Procuradores de Justiça**

licença, o processo será distribuído a um dos Procuradores de Justiça Cível. Tendo havido retificação de parecer, por pronunciamento oral, a assessoria fica responsável em encaminhar, imediatamente, os autos ao Procurador de Justiça autor do parecer oral para ciência. Estando ambos em férias ou de licença, o processo será distribuído a um dos Procuradores de Justiça Cível que atuam na mesma Câmara.

**Art. 4º** – Incluir o § 6º ao art. 4º, da Resolução nº 32/2008-CPJ, com a seguinte redação:

§ 6º - Na impossibilidade do Procurador de Justiça participar da sessão do Tribunal de Justiça, deverá, pessoalmente, comunicar em tempo hábil o substituto automático ou outro Procurador de Justiça para substituí-lo.

**Art. 5º** – Incluir o parágrafo único ao art. 5º, da Resolução nº 32/2008-CPJ, com a seguinte redação:

~~Parágrafo único — Cessará a vinculação se o recurso, o mandado de segurança, o habeas corpus ou a medida cautelar forem considerados prejudicados ou não conhecidos”.~~  
(Alterado pela Resolução nº 90/2013-CPJ).

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cuiabá, 09 abril de 2012.

**MARCELO FERRA DE CARVALHO**  
Procurador-Geral de Justiça  
Presidente do CPJ

**VALÉRIA PERASSOLI BERTHOLDI**  
Procuradora de Justiça  
Secretária do CPJ